
CAPITAL E TRABALHO NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Maria Conceição Sarmiento Padial Machado

Resumo: o presente artigo expõe um breve estudo sobre a exploração do trabalho e a mediação de segunda ordem no sistema de metabolismo social do capital no processo de ocupação e urbanização de Caldas Novas, Goiás. Trata-se de um município cuja motivação de crescimento populacional e econômico acelerado, no século XX, especialmente após os anos 1960, é atribuída à exploração dos recursos naturais.

Palavras-chave: mediação, urbanização, produção, trabalho, capital

O passado é um outro país, mas deixou suas marcas nos que o habitaram.
(Hobsbawm)

O estudo da exploração do trabalho e da emergência das “mediações de segunda ordem no sistema de metabolismo social do capital” no processo de ocupação e urbanização do município de Caldas Novas, Goiás¹, perpassa pela concepção de que o trabalho, inerente ao ser social, historicamente redimensiona as relações sociais, subordinando-se ao capital (e ao mercado). Nas “sociedades nacionais dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem competitiva” (FERNANDES, 1974, p. 149). As estruturas econômicas e sociais no período colonial são apenas superficialmente adaptadas ao capitalismo. Findo o regime colonial, há uma adequação das estruturas econômicas nacionais ao mercado mundial, fortalecendo a construção de uma economia nacional independente.

Os elementos inter-relacionados – capital, trabalho e Estado – apre-

sentam movimento constante de tal modo que não é possível emancipar o trabalho sem a superação do Estado e do capital e, ainda, a superação do capital não é possível mediante a manutenção dos demais elementos. As mediações “são expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e conseqüentemente das relações sociais daí decorrentes, nas várias formações sócio-humanas que a história registrou” (PONTE, 2002, p. 78).

Na relação do homem com a natureza, com os outros homens e consigo próprio é estabelecida a mediação de primeira ordem, responsável pela preservação da vida humana e reprodução da espécie. Entretanto, o homem, em sua natureza social e política, constrói novas necessidades e estabelece outra forma de se relacionar, emergindo um sistema de mediação de segunda ordem.

As mediações de segunda ordem do sistema do capital, pelas quais as funções vitais da reprodução sociometabólica devem ser realizadas, constituem uma desorientadora rede em que estão inseridos os indivíduos particulares (MÉSZÁROS, 2002, p. 187).

Essas mediações se concretizam nas instituições, na família, no processo de produção, no mercado e, em especial, na fetichização dessas relações, provocando, de forma contundente, a acumulação do capital com a espoliação da classe que vive do trabalho. De acordo com Mézáros (2002, p. 96), capital

não é simplesmente uma ‘entidade material’ – também não é [...] um ‘mecanismo’ racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro ‘mecanismo de mercado [...] mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico.

O capital, o mercado e acumulação de bens se sobrepõem às necessidades humanas e sociais. A medição de segunda ordem afetou “a funcionalidade das mediações de primeira ordem ao introduzir elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico” (ANTUNES, 2002, p. 20). O “sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 19). A divisão do trabalho manifesta-se

na classe dominante como divisão do trabalho espiritual e material,

pelo que no seio desta classe uma parte surge como os pensadores desta classe (os ideólogos conceptivos ativos da mesma, os quais fazem da formação da ilusão desta classe sobre si própria a sua principal fonte de sustento), ao passo que os outros têm uma atitude mais passiva e receptiva em relação a estas idéias e ilusões, pois que na realidade são eles os membros ativos desta classe e têm menos tempo para criar ilusões e idéias sobre si próprios (MARX; ENGELS, 1984, p. 57).

O homem, ao produzir seu meio de vida, produz-se a si mesmo. Não se trata, entretanto de uma mera reprodução, mas de uma produção a partir das condições encontradas. É o único ser vivo que trabalha, pois é o único que tem intencionalidade. O trabalho “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, pode afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 1977, p. 63). Assim, aquilo “que eles são, coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também com o como produzem” (MARX; ENGELS, 1984, p. 15). A população de Caldas Novas é resultado das relações sociais postas pela produção de bens e serviços que geraram o turismo.

As ações do homem não são arbitrárias. O homem constrói sua história e se constrói com ela. Trata-se de um ato histórico a produção dos meios para satisfazer as necessidades humanas. E, satisfeita a primeira necessidade e produzidos os instrumentos para sua satisfação, os homens constroem novas necessidades e, neste processo, reproduzem-se a si mesmos numa relação social, tornando-se “mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção e intercâmbio estabelecido” (MÉSZÁROS, 2002, p. 19).

Durante o processo de ocupação do território, as relações sociais de produção no Brasil, tecidas desde o período colonial, foram marcadas pelo trabalho escravo, cujo produto era apropriado pelos colonizadores e proprietários de escravos. Ao trabalhador escravo mal era garantida a reprodução vegetativa da vida.

No período da mineração, em Caldas Novas, em especial na primeira metade do século XIX, as relações de trabalho não envolviam a venda da força de trabalho, mas a apropriação de um outro ser humano, na base da força e da violência. Toda a produção proveniente do ser escravizado a ele não pertencia, mas sim ao seu proprietário. O patrimônio de um homem era mensurado pelo número de escravos que possuía, pois, sem dúvida, esse “patrimônio humano”, o escravo, representava os “meios de produção” e acumulação de bens e capital.

Quanto à relação social escravocrata, um acontecimento relevante na

região foi a transferência dos habitantes do Quilombo, “escravos fugitivos”, para outra área sem os recursos naturais que garantiam o sustento dessa população. Em uma incursão pela região, médico naturalista austríaco Johaan Emmanuel Pohl, nos idos de 1820, relata:

O mais remoto [povoado] nesta capitania, para o lado sudeste, é o de Caldas Novas, que se limita já com grande floresta onde vivem os Caia-pós. Contudo, próximo daqui, acha-se um refúgio de negros escravos fugidos de São Paulo, os quais erigiram um verdadeiro arraial, fortificado com pontes e fossos. O número deles é tão considerável que se evita agredi-los [...]. Os arredores desse arraial chamado Quilombo, devem ser auríferos e os negros fazem comércio em Cuiabá (POHL apud CASSIANO, 2001, p. 20).

Nos documentos pesquisados não há referência quanto à história vivida pelos trabalhadores. A motivação do processo de urbanização e desenvolvimento do município de Caldas Novas ficou personalizada na figura do Coronel Bento Godoy, comerciante, farmacêutico, fazendeiro e político que, com habilidade política e popularidade, vislumbrou e empreendeu a exploração comercial das águas quentes, inicialmente para tratamento de saúde. “A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas gerais que se desmarcam gradualmente” (FAORO, 2001, p. 819). Outros acontecimentos reveladores da intenção em utilizar as águas quentes para fins comerciais são as constantes visitas de estudiosos com o objetivo de realizar pesquisa sobre a região e fazer análise da água.

Inicialmente, a própria colonização do Brasil foi constituída pela apropriação de um território público de um povo/nação, não por questões meramente demográficas, mas por motivações políticas e econômicas, para a formação de novos Estados e ampliação do comércio, em atendimento à determinações de Portugal, garantindo o desenvolvimento da metrópole. As riquezas da Colônia eram de propriedade da Coroa portuguesa, e a apropriação se dava por meio dos representantes de Portugal no Brasil. No primeiro reinado, o poder provincial prevaleceu sobre os interesses locais, período em que a esfera pública, “comum a todos”, estava sob o domínio do Império. A partir de 1840, no segundo reinado, “foi-se consolidando um governo centralizador” (FRANCO, 1997, p. 121), o orçamento público não atendia às demandas das províncias e municípios.

Nesse período, as relações de poder apresentaram diferentes configu-

rações, de acordo com o desenvolvimento de cada região. Enquanto no Rio de Janeiro e São Paulo havia uma distinção entre os produtores – fazendeiros e donos de engenho – e aqueles que se ocupavam do comércio, da exportação e da negociação financeira (ALENCASTRO, 1997); em Caldas Novas, as mesmas pessoas acumulavam diferentes papéis e atribuições, isto é, simultaneamente produziam, cultivavam e comercializavam. Com relação às propriedades no território de Caldas Novas:

Ao caminhar quatro léguas a partir do Sítio de Gregório Nunes, parei num local chamado Sítio São Francisco Alves. Via-se aí um engenho de açúcar descoberto, como o são geralmente dos colonos pouco ricos, e uma dúzia de casinhas esparsas por aqui e ali: uma era habitada pelo principal proprietário, as outras por negros e agregados mas todas pareciam igualmente miseráveis e era impossível distinguir a do senhor. As vestes dos habitantes dessas mesquinhas moradias correspondiam perfeitamente à indigência que anunciavam (SAINT-HILAIRE, 1982, p. 21).

A divisão social do trabalho se dava na esfera privada, na distribuição das funções no âmbito da família, nas propriedades rurais e nas atividades urbanas. As propriedades tinham instalações precárias, e o modo de vida dos proprietários em pouco ou em nada se diferenciava da situação de pobreza dos demais moradores. Enquanto no Brasil Colônia o direito legitimava a relação com a metrópole, no Império, o direito foi constitutivo do regime escravocrata. Essa situação se perpetuou e, nas “sociedades ditas tradicionais, o privado se sobrepunha ao público antes como poder do que como direito. [...] É o poder privado do senhor sobre o escravo que define a ordem escravista” (ALENCASTRO, 1997, p. 338).

As referências pessoais, culturais e afetivas dos primeiros habitantes estrangeiros na colônia ficaram em terra distante, na pátria mãe. Outrossim, o seu cotidiano foi permeado pela situação de mobilidade, dispersão e instabilidade. Foi um processo de (re)construção de uma nova realidade e novas circunstâncias, com uma bagagem cultural sedimentada, jamais esquecida. No cotidiano dos protagonistas da história, a privacidade foi “abrindo caminho não só em contraponto com a formação do Estado, mas também com a formação da nacionalidade” (NOVAES, 1997, p. 17).

No desenvolvimento do Estado Nacional, assim como ocorreu no período colonial, “público” não era, necessariamente, vinculado ao Estado, “público” significava “comum a todos”. Nesse período, começou a ser

delineada uma nova configuração para a esfera pública, confusa e contraditória. O País independente foi construído com a exploração do trabalho escravo, com a sedimentação de uma relação socioeconômica que só foi interrompida institucionalmente em 1888, mas cujo legado se arrasta até a atualidade e se expressa nas relações de classe, de gênero, de etnia e de geração.

Entretanto, na Europa, nesse mesmo período, ocorreu a revolução industrial e a questão social se impõe perturbando a ordem social burguesa de tal forma que, no final do século XIX foi implementada a legislação fabril na Grã-Bretanha e o sistema previdenciário na Alemanha. E ainda,

dez países europeus, além da Grã Bretanha, adotaram medidas relativas ao seguro-saúde e nove passaram a legislar sobre pensões referentes aos idosos. [Assim, o] Estado capitalista regulador ou claramente intervencionista, [no século XX, recebeu] o rótulo de Estado de Bem-Estar (Welfare State) ou Estado social (PEREIRA, 2001, p. 31).

Retornando ao Brasil, verifica-se que a principal relação social evidenciada, nesse período foi a escravidão, em que, por um lado, o trabalho era confundido com servidão, exploração e castigo. Por outro, o lazer e o prazer resultavam de dominação, humilhação, imposição e maus-tratos, em especial, com relação às mulheres, aos adolescentes e às crianças negras e índias. Aos olhos do colonizador, o escravo era mercadoria, um patrimônio a ser comercializado, deixado de herança ou mesmo hipotecado (ALENCASTRO, 1997).

O legado dessa concepção de trabalho e de lazer está presente, ainda hoje, nas relações sociais em Caldas Novas. Alguns jovens provenientes de famílias pobres resistem em trabalhar diretamente com os turistas, pois, muitas vezes, estes se prevalecem do poder econômico e, de forma autoritária, exploram a força de trabalho. Também, em alguns casos, confundem o lazer com o desrespeito no trato com a população local na utilização dos espaços públicos.

A configuração das relações sociais de produção vem ocorrendo de forma conturbada e equivocada ao longo da história. A privacidade não era pertinente ao escravo, seu corpo era disponibilizado para o trabalho e sujeito à violência. O castigo era considerado “justo” ou injusto, dependendo da “falta” por ele cometida e/ou da “severidade” do seu proprietário mediante o “prejuízo” causado na produção. Dessa forma, ao escravo, no período colonial, não era concebível a organização familiar, moradia privativa, vida

afetiva, exercício da sexualidade em sua plenitude; e, ainda menos, a autonomia. A vida do escravo não lhe pertencia. Suas atribuições, seu trabalho, sentimentos e sofrimentos eram públicos. Privado era o fruto do seu trabalho, seus filhos, o leite da negra escrava, sua vida, suas crenças, suas paixões, sua nacionalidade e sua existência; isso tudo, devidamente e legalmente apropriados pelo seu senhor. No Império, a relação entre senhores e escravos cumpria certas regras e, nesse período, muitos senhores alforriavam seus escravos como recompensa e continuavam a mantê-los sob seu serviço sem a devida remuneração.

A “liberdade” era uma dádiva concedida pelo senhor de escravos. Em algumas situações, ao negro escravo foi permitido o uso de “roupas de branco”, mas nunca usava sapatos (ALENCASTRO, 1997, p. 36). Descalço era facilmente identificado como um cativo, publicizando sua identidade de escravo.

Os trabalhadores negros, quando cativos, eram propriedade privada. Com a abolição, se organizaram em comunidades. Posteriormente essa situação foi agravada pelo grande número de trabalhadores imigrantes, que, na falta de alternativa, passaram a ocupar moradias coletivas. Inicialmente, essa circunstância alterou a ordem pública vigente, e o grande adensamento de pessoas em situação de pobreza foi propício ao alastramento de doenças. A saúde do indivíduo, que anteriormente era resolvida na esfera privada, no seio da família, adquire o caráter de saúde pública e desponta como questão social. A construção da autonomia e equidade social, garantida em lei (BRASIL, 1988; 1993), nos dias atuais, além dos desafios econômicos e políticos estruturais, apresenta relevantes aspectos culturais que podem ser desvelados no processo de investigação do trabalho escravo.

Outros aspectos culturais presentes, desde o período do Brasil colônia, são as relações sociais estabelecidas pela “dependência” e pelo “favor”. Já no Império, ao mesmo tempo em que ao homem cativo é negada a privacidade, alguns fazendeiros, para evitar a fuga dos escravos mais jovens, os motivavam a constituir família, terem filhos e até ter uma moradia independente. Isto fazia com que jovens escravos estabelecessem vínculo na fazenda e passassem a dever favor para o fazendeiro. Tornavam-se pessoas de confiança a ponto de defenderem os interesses dos fazendeiros em detrimento dos interesses de seus companheiros (SLENES, 1997). Este comportamento que “aproximava” os dominantes de seus servos, afastando-os de seu grupo, favorecia a produção, e o escravo de confiança e seus familiares perdiam seus vínculos e suas referências étnicas e culturais.

“Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1984, p. 23). Devido às circunstâncias e

conjuntura na qual estavam inseridos, os trabalhadores escravos tinham impedimentos em constituir uma consciência coletiva, dificultando a formação da classe trabalhadora brasileira.

Com uma nova ordem social no País, o desafio foi a reconstrução da vida privada e da consciência coletiva da população trabalhadora, cativa há várias gerações. A contradição estava posta: o negro construiu sua privacidade nas ruas, por onde passou a circular livremente, e impôs sua identidade a despeito do preconceito. Se por um lado sua presença era incômoda, por outro, com seu trabalho, abasteciam os centros urbanos com produtos alimentícios e disseminavam valores culturais, expressos por meio da culinária, arte, religiosidade e medicina popular.

Com séculos de sedimentação de uma relação de submissão do povo afro-brasileiro, após a abolição da escravidão, alguns deles se distribuíram entre comunidades rurais, e outros se espalharam nos centros urbanos. Popularizaram suas práticas religiosas, causando reprovação por parte de alguns segmentos da sociedade brasileira e adesão por parte de outros. Meio às orações e aos ritos religiosos, personalidades se destacam – curandeiros e curandeiras, feiticeiros e feiticeiras – propiciando o surgimento de lideranças políticas e religiosas.

Os espaços de cura e trabalhos espirituais, procurados por pessoas de diferentes classes sociais, grau de escolaridade e formação cultural, interferem na vida social e política. Em alguns casos e em diferentes momentos históricos, esses espaços e lideranças podem ser instrumentalizados em defesa da manutenção da ordem vigente, atenuando os conflitos decorrentes da relação social de produção. Hoje, há uma interferência das religiões no processo eleitoral. A popularidade de certas lideranças religiosas é de tal monta que conquistam eleitores para seus candidatos ou para si próprios.

Para garantir a sobrevivência e superar as perdas e referências do cativo, a população afro-brasileira passa a se organizar, não só, motivada pelo grau de parentesco, mas por afinidade, atividade desenvolvida e mesmo por necessidade. São famílias ampliadas que praticavam, preservavam e redimensionavam ritos e atividades que expressavam sua cultura (SLENES, 1997). Lideranças femininas foram forjadas nos cultos, nas danças, nos rituais, nas curas e em trabalhos como parteiras. Dentre as contribuições religiosas e culturais, destacam-se: o candomblé, a capoeira, o carnaval, a culinária e a forte influência na música e na dança. A cultura afro-brasileira se impõe, superando a opressão.

Outra situação que contribuiu para o redimensionamento das relações de trabalho e a formação da consciência da classe trabalhadora, no Brasil,

foi o processo migratório promovido após a abolição da escravatura, para suprir a força de trabalho da população escravizada, atender à demanda das indústrias que estavam surgindo e formar um mercado de consumidores de acordo com os interesses capitalistas, em especial da Europa. O trabalho do escravo negro e do índio passa a ser substituído por imigrantes europeus. Isso contribuiu para a formação de um segmento social de desempregados, espoliados do mercado de trabalho. Preterido pela condição social, econômica, cultural e étnica, os afrodescendentes, ainda hoje, reivindicam equidade e justiça social, que apesar de garantidas em lei (BRASIL, 1988; 1993), esses direitos passam por um lento processo de implementação, graças aos entraves estruturais e culturais.

As relações de trabalho, ao interferir na ordem econômica e social burguesa, extrapolam a esfera privada e passam a ser de interesse público. Nessa circunstância, o Estado passa a interferir para não prejudicar a produção com rebatimento na economia do País. A relação de reprodução da força de trabalho se modifica, não é mais como no tempo da escravidão, em que o fazendeiro era o único responsável pela produção e, como proprietário, podia lançar mão do castigo físico com plenos poderes sobre os escravos e seus familiares. O interesse na produção passou a ser compartilhado com o proprietário, o trabalhador e o Estado. O primeiro, empenhado em garantir lucro e acúmulo de capital; o segundo, para garantir sustento seu e dos familiares. E por último, o Estado, como instrumento institucional do poder, exerce o controle. O Estado

não é um fenômeno dado, a-histórico, neutro e pacífico, mas um conjunto de relações criado e recriado num processo histórico tenso e conflituoso em que grupos, classes ou frações de classe se confrontam e se digladiam em defesa de seus interesses particulares (PEREIRA, 2001, p. 26).

Apesar da discrepância revelada nos diferentes momentos históricos, algo aparece como traço comum em todo esse percurso. A produção do trabalho sempre foi coletiva, pública; e, a apropriação de seu produto ficou no campo privado. A classe dominante se beneficiou e acumulou riquezas com a produção, inicialmente do escravo, posteriormente do trabalhador assalariado ou prestador de serviço. No tempo do Brasil Colônia, essa apropriação enriqueceu a Metrópole; no Brasil Império, a realeza; e, na República, os detentores dos meios de produção (empresários, comerciantes e especuladores), cabendo ao Estado,² nesse último regime político, o papel

fundamental de garantir a “estabilidade” das relações sociais de produção.

Em uma nação, cuja relação social conhecida estabeleceu-se entre senhores e escravos, havia um desconhecimento por parte de toda população, e, principalmente por parte dos fazendeiros, sobre como proceder em uma nova realidade, em que a mão de obra era remunerada. Com trabalhadores livres imigrantes, a relação de favor e compadrio, característica do espaço privado, continuou existindo no regime de trabalho do colonato. Os fazendeiros, quando contratavam os imigrantes, davam preferência para aqueles que já tinham família para organizar a produção e fortalecer os vínculos, propiciando uma relação pautada na dependência.

O desafio estava posto: os senhores de escravos e seus descendentes, deveriam compreender e respeitar os direitos e a privacidade dos trabalhadores livres. Foi com a imigração que ocorreu a (re)configuração das relações de trabalho. Os imigrantes europeus portavam uma bagagem política, social e cultural diferenciada, se constituíam como classe trabalhadora consciente de direitos e deveres. Em especial, italianos e espanhóis tinham desenvolvido discussões sobre novas formas de organização política como o socialismo, comunismo e anarquismo. Sempre que desrespeitados em seus direitos, rebelavam-se coletivamente contra os fazendeiros, utilizando estratégias diversas que prejudicavam a produção.³ Esse comportamento obrigou os empregadores a construírem uma nova forma de relação. Não se tratava de apenas troca de favores, submissão, humilhação e chantagem; foi necessário aprenderem a negociar e fazer algumas concessões que pudessem atender à demanda do coletivo e, ao mesmo tempo, respeitar a individualidade e privacidade dos trabalhadores e seus familiares.

O regime republicano inicia-se com uma intrigante contradição: por um lado, é marcado por um alto índice de pessoas analfabetas; por outro, é rico em atividades culturais, sobretudo no Rio de Janeiro. E ainda, após a abolição da escravatura, o negro leva para sua nova condição de homem livre valores distorcidos, vivenciados no cativeiro, isto é, homem livre não trabalha, homem livre se impõe e domina (WISSENBACH, 1998).

A questão da moradia, que até então estava na esfera privada, com a emergência das classes populares nos centros urbanos e a especulação imobiliária, adquiriu caráter público. Inicialmente, na tentativa de resgatar os espaços privilegiados da elite, em especial no Rio de Janeiro, o poder público interfere por meio de leis que regulamentam o uso do solo. Posteriormente, para tentar superar uma situação que se alastrava, isto é, a falta de habitação e a proliferação de moradias improvisadas, que surgem no período

republicano. As novas circunstâncias contribuíram para a formulação de políticas urbanas e, ainda em 1928, surge a Lei dos Condomínios, que garantia a privacidade da família e a propriedade, mesmo que a moradia estivesse em um espaço compartilhado com outros moradores (MARINS, 1998).

Na zona rural, nas fazendas, ficaram conhecidas como “colônias” as casas dos trabalhadores rurais que construía cômodos enfileirados, geralmente geminados para abrigar as famílias. Nas colônias, era comum um espaço coletivo para se cozinhar, em especial nos dias de festas e comemorações, comuns entre os imigrantes.

As relações trabalhistas, na República, permaneceram confusas. Houve dificuldade, por parte dos fazendeiros na adaptação à nova realidade. Assim, os contratos de trabalho, do início do século, deveriam deixar claro que o trabalhador livre não poderia ser submetido a castigo físico.

Quando havia uma relação comercial ou política de grande monta entre dois senhores, estes promoviam enlances matrimoniais entre seus descendentes, ou mesmo apadrinhamento por meio do batismo ou crisma. Assim, todos se tornavam membros da mesma família, sem que tivessem qualquer grau de parentesco, fortalecendo os interesses privados. Esse conagração era incomum no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde o convívio entre negros e brancos era de cunho comercial e jurídico. Entretanto, o estudioso naturalista Saint-Hilaire, no relatório de viagem sobre sua incursão pela interior do país, identificou que a relação interétnica esteve presente na constituição das famílias no interior de Goiás.

Entre os números habitantes do Sítio do Pari, todos irmãos ou primos, havia alguns perfeitamente brancos, com cabelos louros e faces rosadas; outros cuja cor amarela e cabelos crespos tratam uma origem africana. Apesar da pouca simpatia que, em geral, existe entre brancos e mulatos, essa misturas não são muito raras nas famílias pobres, que não podem ser muito exigentes nas alianças. Frequentemente, também, famílias de sangue mestiço tornam-se outra vez brancas por novos cruzamentos; assim, um dos habitantes de Pari tinha evidentemente, um quarto de sangue negro; desposara uma mulher branca, os cabelos do filho eram lisos e de um belo louro. De tantos cruzamentos diversos resulta que, muitas vezes, é difícil decidir se um homem é realmente branco, ou se deve ser classificado entre os mestiços (SAINT-HILAIRE, 1982, p. 18).

O capital – enquanto relação que envolve o trabalho, o mercado e a economia –, historicamente, vem interferindo e determinando as organizações sociais, políticas econômicas e familiares. Inicialmente, embora o Estado tivesse incorporado algumas políticas públicas, como o enfrentamento às questões sociais, com relação à saúde, só havia interferência direta quando o “problema” abalava a economia do País, como no caso das epidemias. No início do século XX, a saúde do trabalhador estava na esfera privada, isto é, caso fosse acometido por alguma moléstia, ficando incapacitado para trabalho remunerado, seus familiares deveriam assumir o seu sustento, ou o trabalhador estava fadado a perambular pelas ruas, na busca do auxílio de cidadãos e cidadãs “de boa vontade”. Havia ainda a possibilidade de serem atendidos por entidades filantrópicas, mas estas, em geral, se dedicavam ao atendimento das crianças “abandonadas”. O abandono de crianças foi intenso, em especial das afro-brasileiras. À parte das orientações tradicionais e religiosas, as relações interétnicas ocorriam sob a forma de dominação dos senhores com suas escravas. Na zona rural, as crianças que nasciam desse tipo de relação eram incorporadas nos grupos familiares. No espaço urbano, essas crianças, muitas vezes eram abandonadas ou entregues às instituições religiosas.

A representatividade pública da família era o homem. O Código Civil de 1916 deixava claro o subjugo da mulher ao marido, entretanto a responsabilidade da manutenção da família e criação dos filhos era dos cônjuges. Isto marcou um avanço com relação ao Código Civil de 1890, em que a responsabilidade era exclusivamente do homem (MOTT; MALUF, 1998). A legislação superou seu caráter de regulamentação e passou a interferir na vida privada, com determinações de como deveriam ser as atribuições do casal e seu comportamento em público.

Politicamente, a região continuou se desenvolvendo, isto é, com a nova divisão territorial do Estado de Goiás, em 1936, Caldas Novas passa a ter 3 distritos: Caldas Novas, Boa Vista do Marzagão e São Sebastião do Sapé. Em 1938 os dois distritos foram incorporados a Caldas Novas (GOIÁS, 2004). Na economia, com o esgotamento do ouro, garimpeiros já com família constituída estabeleceram-se na região desenvolvendo a agricultura e pecuária. Alguns, com visão empreendedora, se dedicaram ao comércio e à exploração das fontes hidrotermais. Até meados dos anos de 1960, o município era procurado por forasteiros para tratamento e recuperação da saúde por meio de banhos diários sob prescrição e acompanhamento médico.

A expectativa – dos políticos, fazendeiros e empreendedores – era que essa região não se restringisse somente à acolhida dos doentes, mas que pudes-

se receber também turistas, para possibilitar maior movimentação financeira. Ao mostrar documentos da época que compõe o acervo de sua família, um morador de Caldas Novas revelou que era grande a preocupação de que a região pudesse ser transformada em um local “de cura” a exemplo do que aconteceu com Araxá, no Estado de Minas Gerais. Na opinião desse senhor, se isto tivesse ocorrido, com certeza, a cidade não teria a economia e o prestígio que tem na atualidade. O estudo de fotografias da época ilustra o início da utilização das águas como espaço de lazer e turismo. São imagens de mulheres banhistas, em trajes banho e adereços, como chapéus de modelos variados.

Ao mesmo tempo em que Caldas Novas embarca na onda de “uma atmosfera cosmopolita [...] gerada no Rio de Janeiro” (SALIBA, 1998, p. 292), ainda com rescaldo de provincianismo, personifica e personaliza o desenvolvimento econômico, político e cultural. Por meio do estudo de documentos e depoimentos de moradores e moradoras da região, apreende-se a instrumentalização do Estado, enquanto instituição, sendo sobreposto pelo poder, talento e empreendedorismo de personalidades. Tal situação revela que o discernimento da necessária dissociação do espaço público e privado pode tornar-se difícil, pois, o trânsito entre as esferas pública e privada é constante na postura daqueles que apropriam “as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado”. E ainda, “os recursos oficiais eram escassos, compensando-se essa falta pelas incursões aos bolsos dos cidadãos e das autoridades” (FRANCO, 1997, p. 131).

O processo de alienação – decorrente do trabalho e da produção da mercadoria como algo estranho ao homem – estende-se às demais relações sociais mediadas pelo trabalho. Assim, tudo o que diz respeito ao trabalho aparece nas demais relações e, em especial a exploração e a alienação.

Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas assume a presidência da República até 1945. Conhecido como um líder populista, reconheceu as questões sociais e preocupou-se com os interesses nacionais. Empreendeu reformas que ora atendiam aos interesses dos trabalhadores, ora aos interesses dominantes, como a queima do café para atender às exigências do mercado. A década de 1930 foi marcada por mudanças significativas no processo político e econômico da sociedade brasileira: o Estado passou a gerir diretamente as políticas públicas, ou leis que regulamentam as relações de trabalho e que compuseram a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), criou o salário mínimo e os sindicatos oficiais. Implantou, ainda, os Institutos de Aposentadoria e Pensões, que no período de 1937 a 1964, foi responsável pela produção de 124.025 unidades habitacionais (SACHS,

1999).

A política de Vargas, além das mudanças de âmbito nacional – com um acelerado crescimento econômico e transformações políticas –, foi responsável pelo desenvolvimento da Região Centro-Oeste, com a Marcha para o Oeste e a mudança da capital do Estado de Goiás para Goiânia. Essa política

estava centrada no desenvolvimento capitalista (via da industrialização), exigente, a princípio, de reformulações nas elites dirigentes estaduais, especialmente para lhe garantir sustentação política. Respondia também a interesses internos – oligarquias do sul e sudoeste – que requisitavam representação política por sentirem-se diretamente responsáveis pela incorporação de Goiás à economia nacional e, dessa forma, pela conseqüente dinamização da economia goiana (BERNARDES, 1989, p. 13).

Em meados do século XX, foi concretizada a intenção, por parte de alguns políticos, de promover a exploração do turismo comercial de Caldas Novas. Jeronymo Coimbra de Bueno, primeiro Governador eleito de Goiás (1947 a 1951),

criou convênios com a Fundação Brasileira de Turismo com o objetivo de difundir e divulgar os potenciais turísticos de Goiás como: Cachoeira Dourada, São Simão, o Araguaia, o Tocantins, a Ilha do Bananal e as águas termais de Caldas Novas, sendo que com outros 15 amigos adquire a área da Lagoa do Pirapitinga e cria a empresa 'Cia Melhoramentos de Caldas Novas' com o propósito de desenvolver a região (CASSIANO, 2001, p. 35).

Com o crescimento de Brasília e Goiânia, há um aumento significativo do turismo em Caldas Novas, fomentando a construção de clubes e hotéis, sempre aproveitando os mananciais de águas termais. Dentre esses, a Pousada do Rio Quente no Ribeirão da Água Quente. Historicamente, a contradição entre a esfera pública e privada torna-se mais visível nas cidades, onde a divisão social do trabalho é complexa e as contradições sociais são expressas com maior nitidez, evidenciando a mediação de segunda ordem no sistema de metabolismo social do capital. A partir dos anos, o município passa a investir no turismo com a construção de clubes com piscinas de água corrente (quente) e ampliação do comércio e lazer.

A construção dos primeiros clubes de Caldas Novas reforçou a orien-

tação turística dessa cidade. O Clube Termas de Caldas (CTC), com piscinas hidrotermais, foi construído no local onde havia minas de água quente, representando o marco de transição do município bucólico, até então, com apenas dois hotéis para hóspedes, geralmente, em busca de tratamento de saúde por meio das águas quentes, para uma cidade turística que apresenta alto crescimento populacional na segunda metade do século XX. O local onde foi erigido o CTC foi o mais representativo de Caldas Novas até o final dos anos 1950. Era um espaço público, democrático disponível à população para banhos e lazer. A imagem bucólica do município antes de se converter em pólo turístico foi, durante determinado tempo, vivenciada pelos habitantes do local que utilizavam as três fontes existentes para tomar banho em banheiras naturais, escavadas nas pedras ou em bicas conduzidas por canos improvisados.

Na gestão municipal de Santos (1961-1966), foi implementada a rede de abastecimento de água na cidade. A água era proveniente das nascentes onde foi construído o Clube CTC, em 1967, em área doada pela Prefeitura. As nascentes que havia no local não forneciam água suficiente para abastecer todas as piscinas, então, foi necessário contratar uma empresa para a perfuração de poço artesiano, cujo pagamento foi “25 ações do CTC, cinco mil [cruzeiros] em dinheiro e a doação de uma área da prefeitura, no barranco do córrego para a construção do Belíssimo Parque das Primaveras” (GODOY, 1993, p. 76).

Mediante tais informações, pode-se compreender que o imposto que deveria ser destinado à construção das obras públicas não era arrecadado. O coronel Bento Godoy utilizou seus recursos para a construção de uma obra pública considerada importante para o desenvolvimento da região e, com certeza, favoreceu seus empreendimentos. Por outro lado, não houve constrangimento quando a Prefeitura Municipal de Caldas Novas fez doação de área para viabilizar a construção de um clube particular. Naquele momento histórico, cogitou-se que o clube seria construído e disponibilizado para a população; entretanto, isto não se confirmou. Trata-se de um clube-hotel privativo para os associados e demais pessoas interessadas, mediante o pagamento de ingresso e diária. “A realidade histórica brasileira demonstrou [...] a persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo galhardamente, inviolavelmente a repetição, em fase progressiva, da experiência capitalista” (FAORO, 2001, p. 822).

Houve grande expansão da rede viária na região a partir da segunda metade do século XX, intensificada, gradativamente, a partir das décadas de 1960 e 1970, facilitando a comunicação entre cidades, pequenos municípi-

os e povoados⁴, que até então se comunicavam por meio das estradas que faziam a ligação entre as cidades maiores, pois não havia estradas vicinais entre os pequenos municípios. Antes do desenvolvimento da rede viária, a principal relação comercial de Caldas Novas era com os municípios de Araguari e Uberlândia, cujo acesso era difícil.

Mesmo reconhecendo os instrumentos de direito utilizados pelo Estado para orientar, regulamentar e normalizar as ações – leis, decretos, portarias, planos e projetos –, em Caldas Novas o mercado e o poder econômico se confundem com o poder político e se sobrepõe ao poder jurídico. No início do século XX, houve uma certa intenção, revelada em alguns discursos e presente na memória de alguns populares caldenses, de que a exploração dos recursos minerais pudesse ser revertida em um bem público:

É mister que não esqueçam os poderes públicos goianos a grandeza da indústria hidrotermal e termal que, bem desenvolvida e sabiamente explorada, constitui um fator importantíssimo da fortuna pública e, em Goiás, deve ser um patriótico programa de Governo (CORRÊA NETO, 1982, p. 69).

Resquício dessa vontade política pode ser testemunhada por meio da existência do Balneário Municipal, que atende a toda a população mediante o pagamento de uma taxa de manutenção. E, ainda, no caso do CTC, houve uma vontade, como se registrou anteriormente, de que esse clube pudesse ser disponibilizado para toda a população. Entretanto, o apelo do mercado superou a utopia de alguns jovens daquela época.

A expectativa de modernização não ocorre em Caldas Novas de forma isolada. Trata-se de um processo que vem sendo firmado no país, em especial a partir do final do século XIX.

Na perspectiva da vida privada, o advento da República viria proclamar, inicialmente, uma atitude de repúdio difuso à vida rotineira e aos arcaísmos, que seriam a própria negação do progresso, como forma de os indivíduos desamarrarem-se dos modos provincianos e das sociabilidades causadas pela sociedade escravagista (SALIBA, 1998, p. 292).

O período republicano possibilitou maior desenvolvimento dos estados e municípios, decorrente da maior autonomia econômica com a possibilidade de realizarem empréstimos e terem participação na receita de exportação.

A modernização do País, com base no Programa de Metas de Juscelino Kubitschek, acelerou o crescimento industrial, provocou relativa melhoria no poder aquisitivo do trabalhador com novo impulso ao processo de ocupação da Região Centro-Oeste, com a construção de Brasília. Esses acontecimentos repercutiram no crescimento do consumo de bens duráveis por uma significativa parcela da população e no aumento da inflação, causando sofrimento ao conjunto da população brasileira.

Desde sua posse, João Goulart, vice-presidente de Jânio Quadros (1960-1961) que renunciou em 1961, sofreu a rejeição das elites conservadoras e a reprovação militar. Porém, governou até 1964, quando foi deposto por forças conservadoras da sociedade civil e pelos militares, com apoio incondicional dos Estados Unidos (SILVA, 1989). O golpe derrotou uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político, que, apesar de não contemplar mudanças estruturais, constava de reformas que, paulatinamente, poderiam “romper com a heteronomia econômica do país e com a exclusão política da massa do povo” (PAULO NETTO, 1996, p. 25).

A partir da segunda metade da década de 1970, configura-se o processo de abertura política do regime militar por meio da chamada distensão lenta, gradual e segura, iniciada no governo Ernesto Geisel. Em seguida, já no fim da década, é aprovada a lei da anistia, no governo João Figueiredo. Dentre as passagens importantes dos anos 1980, está a reimplantação do multipartidarismo, com possibilidade, também, para a criação e legalização de partidos de esquerda. Em 1982, são realizadas eleições diretas para governadores, até então indicados pelo governo federal e referendados pelas assembleias legislativas. Finalmente, em 1985, com a eleição de Tancredo Neves para presidente, mesmo que indireta – pelo colégio eleitoral – encerra-se o regime militar. O período ditatorial chega a termo com a promulgação da nova Constituição de 1988 e com a eleição direta para presidente da república em 1989.

A década de 1980 foi marcada pelo aumento da crise econômica, pelo crescimento vertiginoso da inflação, pela queda no crescimento econômico e pelo aumento do desemprego.

Do ponto de vista econômico, podemos dizer que, grosso modo, o modelo implementado no Brasil pelos militares depois de 1964 continuou o mesmo nos anos 80: concentrador de renda, excludente, voltado para o mercado externo (GOHN, 1991, p. 10).

As forças populares que já haviam contribuído para a eleição de parlamentares oposicionistas, em 1974 e 1978, sinalizando a vontade de mudança,

e também influíram em favor da anistia de 1979, por meio dos movimentos organizados, alargaram a agenda da abertura política com o movimento das diretas já, em 1984.

Com o fim da ditadura militar, teve início a Nova República, após a eleição indireta, pelo colégio eleitoral. O presidente Tancredo Neves faleceu antes de tomar posse, deixando a presidência a cargo de José Sarney, cujo governo fracassou com seus dois planos econômicos, aumentando ainda mais a crise nacional. “Ao cabo do ciclo ditatorial, nenhum dos grandes e decisivos problemas estruturais da sociedade brasileira [...] estava solucionado” (PAULO NETTO, 1996, p. 15).

Em Goiás, o registro da superação da população rural pela urbana aparece na década de 1980. E, finalmente, nos anos 90, a população rural não chega a 20% do total, no Estado. O descompasso entre crescimento econômico e subdesenvolvimento social provoca o crescimento da necessidade de que o Estado aumente os investimentos em políticas sociais; entretanto, no sistema capitalista, as políticas sociais não interferem nos fundamentos que reproduzem as desigualdades sociais (SILVA, 1989). Em Caldas Novas, o desenvolvimento acelerado aumentou a discrepância entre o desenvolvimento econômico e cultural, impregnado pela política dos coronéis e das oligarquias⁵.

A comunidade política comanda e conduz a esfera pública, sob a interferência de interesses individuais conduzidos pelo poder econômico. Faoro (2001) refere-se ao capitalismo político quando o poder político, econômico e territorial do Estado serve a fins políticos e ao mesmo tempo a de natureza particular. Cabe ao Estado administrar os conflitos e garantir o direito do indivíduo. O que ocorre, então, quando o Estado está por demais comprometido com o poder econômico, no caso específico de Caldas Novas, com o poder dos comerciantes que exploram o mercado turístico? Curiosamente, o Plano Diretor, até 2004, não foi aprovado pela Câmara de Vereadores, apesar da sua importância na regulamentação do uso do solo no município Caldas Novas, o segundo maior mercado imobiliário do Estado. Segundo depoimentos dos moradores do local, o plano está pronto mas não é aprovado, pois pode ferir interesses imediatos para a exploração comercial dos recursos naturais.

Caldas Novas, ao mesmo tempo em que se transformou em uma cidade cosmopolita, especialmente a partir dos anos, permaneceu à margem dos acontecimentos políticos do país. Nas fontes pesquisadas e depoimentos obtidos até então, não houve referências quanto à situação política do município inserido no contexto nacional.

CONCLUSÃO

Do estudo realizado, destacam-se alguns aspectos: primeiro, mundo do trabalho, a exploração da força de trabalho da população de Caldas Novas por empresários do ramo da hotelaria e turismo. Em segundo lugar, não há como compreender a questão da construção de Caldas Novas como pólo turístico sem compreender as relações de poder permeadas pelo personalismo com a incessante busca do atendimento de interesses individuais, que se concretizou por meio da intercessão que ocorreu entre as esferas, política e econômica, isto é, as mesmas pessoas ocupam simultaneamente diferentes espaços de poder que, em princípio, apresentam oposições de interesses.

E, por último, questões como saúde, moradia e educação deixaram de ser mero “problema” individual, emergindo para a esfera pública como uma questão social. A resposta do Estado veio por meio de políticas públicas, inseridas timidamente sem legislação específica e sem orçamento definido. No município de Caldas Novas, a implementação das políticas públicas ocorre em atraso com relação a outros municípios do País com o mesmo grau de desenvolvimento econômico e demográfico.

Identificou-se que além das estratégias de sobrevivência por meio do trabalho remunerado, é relevante conhecer a religiosidade, os costumes, a alimentação, as manifestações artísticas, as relações familiares, interétnicas, dentre outras. A discussão das questões sociais como expressão das relações sociais de produção perpassa pela compreensão histórica das condições do povo brasileiro e seu reatamento na vida dos moradores de Caldas Novas.

Notas

¹ Caldas Novas é um município com uma área de 1.588km², localizado na microrregião Meia-Ponte, no Sul Goiano, Região Centro-Oeste do território brasileiro. Em 2000, possuía uma população fixa de 49.642 habitantes (3,53 habitantes por unidade domiciliar), 95,3% na área urbana e 92,5% alfabetizados. Segundo Albuquerque (1996), em Caldas Novas havia 200 habitantes em 1842; 5.200 em 1960; 7.200 em 1970; 9.800 em 1980, 24.900 em 1991; 49.642 em 2000. O município apresenta 0,802 como Índice de Desenvolvimento Humano (o IBGE considera índice elevado de 0,8 a 1).

² Sobre Estado e formas de regulação social, veja Pereira (2001).

³ Há registro de rebeliões em algumas colônias, informações sobre o assunto veja Novais (1997).

⁴ Sobre a estrutura dos transportes terrestres em Goiás veja Araújo (2001).

⁵ Sobre as oligarquias em Goiás, ver Campos (1987).

Referências

- AGÊNCIA goiana de Turismo (Agetur). *Se liga no futuro*. Goiânia: Estado de Goiás, 2004.
- ALENCASTRO, L. F. de. Vida privada e ordem privada no império. In: NOVAIS, F. A. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. V. I.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BERNARDES, G. D'Arc. *Construtores de Goiânia: o cotidiano no mundo de trabalho*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.
- CASSIANO, R. *Caldas Novas: da mineração ao turismo, anos 90*. [S.l.:s.n.], 2001.
- CORRÊA NETO, O. Águas termais de Caldas Novas. In: ORIENTE, Taylor. *As fabulosas águas quentes de Caldas Novas*. Goiânia: Oriente, 1982.
- ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do homem macaco. In: KARL MARX e FRIEDRICH ENGELS: *textos I*. São Paulo: Omega, 1977.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1974.
- FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação Edunesp, 1997.
- GODOY, J. T. de. *História e estórias de Caldas Novas*. Goiânia: Oriente, 1978.
- GODOY, M. C. (Rolinha). *O mistério das águas azuis: conto o que vi e ouvi*. Goiânia: M. C. Godoy, 1993.
- GOHN, M. da G. M. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- GOIÂNIA. Prefeitura Municipal. *Projeto de Reordenamento Institucional da Política Municipal de Assistência Social de Goiânia*. Goiânia: Fumdec, 2002. Mimeogr.
- GOIÁS. *Lei Estadual n. 393/1911*, de 5 de julho.
- HOBBSBAM, E. *Tempos interessantes, uma vida no século XX*. Tradução de S. Duarte. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Fontes históricas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- MARINS, P. C. G. Habitação e vizinhança: limite da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, F. A. (Org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. V. III.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã: teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Moraes, 1984.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo; Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.
- MOTT, M. L.; MALUF, M. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, F. A. (Org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. V. III.
- NETTO, J. P. Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço social no Brasil pós-64. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

- NOVAIS, F. A. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997a. V. I.
- NOVAIS, F. A. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997b. V. II.
- NOVAIS, F. A. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997c. V. III.
- NOVAIS, F. A. Condição da privacidade na colônia. In: NOVAIS, Fernando A. (org). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vl. I. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- PEREIRA, P. A. P. Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, M. I.; SOUZA, P. P. A. P. (Org.). *Política social e democracia*. Rio de Janeiro: Cortez, 2001.
- PONTE, R. *Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SACHS, C. *São Paulo: políticas públicas e habitação popular*. São Paulo: Edusp, 1999.
- SAINT-HILAIRE, A. F. C. de. As águas termais chamadas Caldas Novas; Caldas Velhas Caldas de Pirapetinga. In: ORIENTE, T. *As fabulosas águas quentes de Caldas Novas*. Goiânia: Oriente, 1982.
- SALIBA, E. T. A dimensão cômica da vida privada na república. In: NOVAIS, F. A. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. V. III.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã: teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Moraes, 1984.
- SILVA, M. O. da S. *Política habitacional brasileira: verso e reverso*. São Paulo: Cortez, 1989.
- SLENES, R. W. Senhores e subalternos no oeste Paulista. In: NOVAIS, F. A. (Org.). *História da vida privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. V. II.
- WISSENBACH, M. C. C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: NOVAIS, F. A. (Org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. V. III.

Abstract: the present work exposes a brief study about the exploration of manpower and the mediation of second order in the system of social flow of the capital in the process of occupation and urbanization of Caldas Novas, Goiás. It's a municipality where the accelerated population and economic growth, in the 20th century, especially after the years 1960, is attributed to the exploration of natural resources.

Key words: mediation, urbanization, production, work, capital

MARIA CONCEIÇÃO SARMENTO PADIAL MACHADO

Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Goiás. Professora no Departamento de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás. Assistente Social. Integrante do grupo de pesquisadores Lattes/CNPQ/Nupesc/UCG do Núcleo de Pesquisa Infância, Adolescência e Família – VPG/UCG.